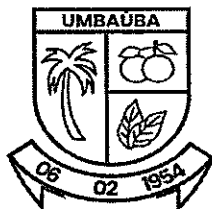


# TERMO DE REFERÊNCIA

Umbaúba/SE, 30 de abril de 2026.

*www.umbauba.se.gov.br*



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação temática junina, compreendendo a confecção, fornecimento, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de elementos decorativos, destinados à ambientação de ruas, praças e demais espaços públicos, para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Umbaúba, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, no contexto da realização dos Festejos Juninos "Santo Antônio: Raízes da Nossa História", conforme disposições e informações constantes neste Termo de Referência.

### **2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

NUMERO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Serviço de ornamentação temática junina completa, contemplando confecção, fornecimento, instalação, manutenção e desmontagem	SERVIÇO	01	R\$ 61.033,26	R\$ 61.033,26

2.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 61.033,26 (Sessenta e um mil, trinta e três reais e vinte e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2.3 Os serviços de ornamentação temática junina deverão ser realizados em cronograma elaborado pela CONTRATADA, após aprovação da CONTRATANTE.

2.4 Os serviços serão executados nos locais indicados pela CONTRATANTE.

2.5 Metodologia do serviço de ornamentação temática junina:

2.5.1.1 O objetivo é a ambientação temática junina dos espaços públicos, por meio da instalação de bandeiras e demais elementos decorativos, visando à valorização cultural, padronização estética e adequada organização dos locais de realização dos festejos;

2.5.1.2 Deverá ser utilizado sistema integrado de execução envolvendo confecção, fornecimento, montagem, instalação, manutenção e desmontagem dos elementos decorativos. Os referidos deverão ser utilizados da seguinte forma:

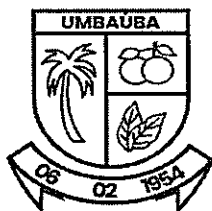
a) aplicação em toda a área dos locais relacionados indicados pelo CONTRATANTE, mediante instalação de bandeiras e demais elementos decorativos, utilizando cordas estruturais, cabos de sustentação, arames, esticadores e demais insumos necessários, garantindo fixação adequada, alinhamento, segurança e padronização estética;

b) aplicação nos locais de difícil acesso e demais locais que se fizerem necessários, utilizando técnicas adequadas e equipamentos apropriados para trabalho em altura, de modo a assegurar a correta instalação e estabilidade das estruturas decorativas;

c) aplicação com utilização de materiais apropriados para uso externo, devendo estes serem resistentes às condições climáticas, como sol, vento e chuva, não apresentarem risco à segurança da população e manterem a qualidade estética durante todo o período do evento;

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação tem fundamento com base no art. 75 da Lei 14.133/2021.



#### **4. JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS**

4.1 A promoção da cultura e a valorização das tradições locais constituem responsabilidades essenciais da gestão pública municipal. Nesse contexto, a necessidade de contratação de serviços de ornamentação temática junina visa garantir a adequada ambientação dos espaços públicos, proporcionando um ambiente organizado, atrativo e compatível com a realização dos festejos juninos.

4.2 A solicitação justifica-se em função da necessidade de ambientação das ruas, praças e demais espaços públicos utilizados durante os Festejos Juninos "Santo Antônio: Raízes da Nossa História", por meio da instalação de bandeirolas e demais elementos decorativos, contribuindo para a valorização cultural, fortalecimento das tradições locais e melhoria da experiência da população e visitantes durante o evento.

4.3 A contratação de serviços especializados em ornamentação temática não apenas assegura a padronização estética e a qualidade da ambientação, mas também contribui para a adequada organização dos espaços públicos, promovendo um ambiente visualmente harmonioso e culturalmente representativo. Ao investir na estruturação do evento, a Prefeitura Municipal de Umbaúba demonstra seu compromisso com o interesse público e com o fortalecimento das manifestações culturais do Município.

4.4 Ademais, a realização desses serviços contribui para a valorização da identidade cultural local, bem como para o fortalecimento do turismo e da economia do Município, refletindo positivamente na imagem da administração pública, que evidencia sua responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento cultural e social da comunidade.

4.5 A ornamentação de espaços públicos durante eventos tradicionais é essencial para garantir a caracterização adequada das festividades, proporcionando um ambiente seguro, organizado e culturalmente adequado. Esse processo contribui diretamente para a participação popular e para o sucesso do evento, além de fortalecer o sentimento de pertencimento da população.

4.6 Portanto, a contratação dos serviços de ornamentação temática junina não é apenas uma medida de organização do evento, mas também um investimento essencial para a promoção da cultura, do turismo e do desenvolvimento local, resguardando o interesse público e contribuindo para a melhoria da qualidade das ações institucionais do Município.

4.7 Diante do exposto, conclui-se que a contratação do objeto em questão é imprescindível para a adequada realização dos festejos juninos, garantindo o cumprimento das atribuições institucionais da Administração Pública e promovendo benefícios diretos e indiretos à população e ao Município como um todo.

#### **5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

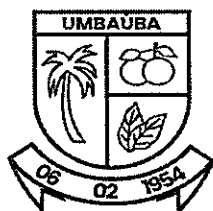
#### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1 Trata-se de serviço de ornamentação temática junina, a ser contratado mediante Dispensa de Licitação.

6.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 O prazo da prestação do serviço deverá observar o cronograma definido pela CONTRATANTE, devendo a instalação da ornamentação estar concluída antes do início oficial dos festejos. Poderá haver alteração no prazo devido a condições meteorológicas e situações adversas.

6.4 A quantidade de serviços a serem executados, bem como os locais, datas e horários, serão informados pela CONTRATANTE.



6.5 Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento de sua equipe aos locais necessários, assim como pelas despesas de transporte, frete e seguros correspondentes.

6.7 Os profissionais deverão se apresentar devidamente uniformizados, devendo ostentar de forma visível a identificação da empresa.

6.8 O CONTRATANTE indicará um representante para o acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto desta contratação.

6.9 A CONTRATANTE poderá modificar as rotinas e o cronograma dos serviços, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito, a qual terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para promover os ajustes necessários.

6.10 Para garantir a eficácia, qualidade e segurança dos serviços de ornamentação temática junina, é essencial estabelecer requisitos apropriados para a contratação de empresa especializada. Os seguintes requisitos devem ser considerados no processo de seleção:

- A empresa deve possuir comprovada experiência no ramo de ornamentação de eventos, com histórico de serviços executados com qualidade e referências positivas;
- Deve apresentar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, conforme exigido pela legislação vigente;
- A empresa deve contar com equipe técnica qualificada e treinada, apta a executar serviços de montagem e instalação, inclusive em altura, com segurança e eficiência;
- Deve utilizar materiais adequados para uso externo, resistentes às condições climáticas, garantindo durabilidade e segurança das estruturas instaladas;
- Oferecer garantia quanto à qualidade dos serviços prestados, com compromisso de manutenção corretiva durante o período do evento, caso necessário;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos para instalação e desmontagem, evitando prejuízos à realização do evento;
- Demonstrar capacidade técnica e operacional para execução do objeto, considerando a extensão das áreas públicas a serem atendidas;
- Apresentar proposta comercial com preço compatível com o mercado, observando o melhor custo-benefício para a Administração Pública;
- Estar apta a atender às especificações técnicas e exigências legais aplicáveis ao objeto, conforme estabelecido neste Termo de Referência e na legislação vigente.

## **7. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

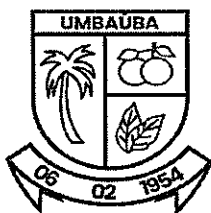
7.1 O serviço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2 A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.3 O fiscal do contrato anotará as intercorrências, quando houver, relacionadas à inexecução parcial ou total dos serviços de ornamentação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.5 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



7.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a execução dos serviços para representá-lo na execução do contrato.

7.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços de ornamentação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais empregados.

7.8 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, inclusive aqueles decorrentes da instalação inadequada das estruturas decorativas, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.9 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

#### **8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da efetiva execução dos serviços prestados e mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de sua titularidade, indicados pelo contratado.

8.2 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa.

8.3 Serão exigidas a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), a Certidão Negativa de Débitos Estaduais e a Certidão Negativa Municipal.

8.4 No ato do pagamento, o Município de Umbaúba/SE observará o disposto na Lei Municipal nº 792, de 12 de dezembro de 2020, e, se couber, fará a cobrança da taxa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado.

8.5 O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação do pagamento da taxa acima citada.

8.6 O Fiscal do Contrato adotará as providências necessárias para concluir a etapa de liquidação, com a certificação do adimplemento da obrigação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento dos documentos estabelecidos nos itens 8.2, 8.3 e 8.5 acima citados.

8.7 Nenhum pagamento será efetuado na ocorrência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:

8.8 A falta de atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto contratado, das notas fiscais emitidas pela Contratada;

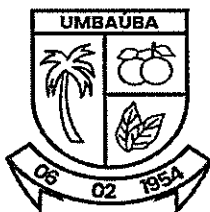
8.9 Não apresentação pela Contratada dos documentos estabelecidos nos itens 8.2, 8.3 e 8.5 do presente instrumento;

8.10 Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando a Contratada for notificada para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;

8.11 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

8.12 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, tais como:

- a) Comprovar a regularidade nacional relativa aos tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto da Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Comprovar a regularidade com a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da contratada;
- c) Comprovar a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;



d) Comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da legislação vigente.

8.13 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

#### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO FORNECEDOR**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da Dispensa de Licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O valor estimado para contratação será de R\$ 61.033,26 (Sessenta e um mil, trinta e três reais e vinte e seis centavos).

#### **11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
02011	2041	33903900	15000000

#### **12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

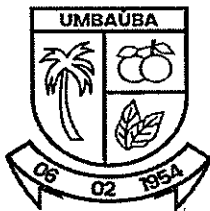
12.1. São obrigações da contratante:

12.1.1 Proporcionar, naquilo que couber, as facilidades necessárias para que a Contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as normas de segurança aplicáveis.

12.1.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o objeto da contratação.

12.1.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

12.1.4 Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados pela Contratada, atinentes ao objeto deste Termo de Referência.



12.1.5 Permitir acesso aos funcionários credenciados pela Contratada, que lhes possibilite executar os serviços de ornamentação nas áreas pertinentes, respeitadas as disposições legais, regulamentares e normativas que disciplinem a segurança e a ética profissional.

12.1.6 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que sejam por ele corrigidos, reparados ou substituídos, no total ou em parte, às suas expensas.

12.1.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado.

12.1.8 Aplicar ao Contratado as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

12.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DE SUAS VEDAÇÕES**

#### **13.1. É dever do contratado:**

13.1.1 Executar o objeto da contratação rigorosamente de acordo com este Instrumento e com as normas e especificações técnicas aplicáveis;

13.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

13.1.3 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação vigente;

13.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços de ornamentação nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, especialmente aqueles decorrentes da instalação inadequada das estruturas decorativas, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;

13.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica;

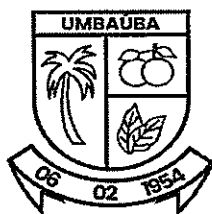
13.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a execução dos serviços;

13.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos locais de execução e aos documentos relativos aos serviços;

13.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.1.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução do objeto, durante a vigência do contrato;





13.1.12 Os serviços deverão ser planejados e executados visando à utilização de materiais adequados, com durabilidade e menor impacto ambiental, especialmente no que se refere à instalação e desmontagem da ornamentação;

13.1.13 Adotar, na retirada dos materiais, práticas de descarte sustentável ou reaproveitamento dos elementos decorativos, sempre que possível;

13.1.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, especialmente no que se refere à segurança do trabalho, incluindo atividades em altura, mantendo o local dos serviços em condições adequadas de segurança, organização e limpeza;

13.1.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

13.1.16 Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho de menor de dezoito anos em atividades perigosas ou insalubres;

13.1.17 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação ou qualificação;

13.1.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, conforme legislação vigente;

13.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

13.2 É expressamente vedado ao contratado:

13.2.1 Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir), no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo se expressamente autorizado pela Administração.

#### **14. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO**

14.1. O contratado deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei nº 9.854/99);

#### **14.2. Relativa Habilitação Jurídica**

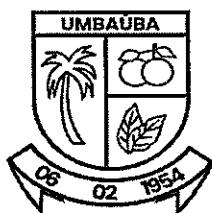
a) Em caso de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

b) Se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

c) Se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;





e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

#### **14.3. Relativos a Regulamentação Fiscal, Social e Trabalhista**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **14.4. Relativos à Capacidade Econômica Financeira**

- a) Certidão negativa de falência (Cível) expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **14.5. Relativo à Capacidade Técnica**

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

### **15. DOS PRAZOS**

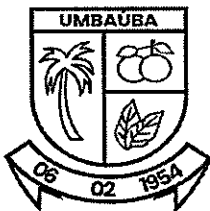
- 15.1 Execução de serviço imediato.

### **16. DO REAJUSTAMENTO**

- 16.1. Os preços contratados serão fixos e irredutíveis.

### **17. DA VISTORIA**

- 17.1. É facultado à empresa licitante realizar vistoria técnica junto às dependências da CONTRATANTE, para obtenção de informações necessárias ao oferecimento de sua proposta comercial;



17.2 Julgando necessário, deverá a licitante manifestar interesse por meio do telefone (79) 3546-2179, em horário compreendido entre às 8h às 13h, para que o CONTRATANTE tome as medidas cabíveis ao atendimento;

17.3 Toda a vistoria técnica será acompanhada por responsável designado pelo CONTRATANTE;

17.4 A empresa assume total responsabilidade em optar por não realizar a vistoria técnica e, uma vez venha a ser contratada este ato não a exime de suas obrigações e das disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, previstas na Lei 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:**

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:**

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;



V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 18.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 18.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

18.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 18.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal, pelo prazo de 3 (três) anos.

18.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 18.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 18.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 18.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

18.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 18.2 deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.


18.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual estabelecida do item 18 ou por meio de cobrança judicial.

18.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 18.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 18.2 Requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Umbaúba/SE, 30 de abril de 2026.

  
**MATEUS SOUZA SILVEIRA**  
Assessor I

  
**JOSÉ RENAN DOS SANTOS TORRES**  
Secretário Municipal de Cultura e Turismo



## JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a adequada ambientação temática dos espaços públicos do Município de Umbaúba/SE durante a realização dos Festejos Juninos "Santo Antônio: Raízes da Nossa História", evento integrante do calendário oficial municipal e de elevada relevância cultural, social e econômica para a população.

Os festejos juninos constituem uma das mais importantes manifestações culturais do Município, sendo responsáveis pela valorização das tradições locais, fortalecimento da identidade cultural e estímulo à participação popular, além de contribuírem significativamente para o desenvolvimento econômico, especialmente nos setores de comércio, turismo e serviços.

Nesse contexto, a ornamentação temática junina, por meio da instalação de bandeirolas e demais elementos decorativos, é elemento essencial para a caracterização dos espaços públicos, proporcionando ambiente adequado, organizado e compatível com a natureza do evento, além de contribuir para a melhoria da experiência dos munícipes e visitantes.

Importante destacar que existe processo licitatório em andamento destinado à contratação de serviços que contemplariam a presente demanda. Contudo, conforme comunicação interna formal do setor de licitações, verificou-se que a conclusão do referido processo não ocorrerá em tempo hábil para viabilizar a contratação, execução dos serviços, instalação da ornamentação e demais providências necessárias antes do início dos festejos.

Dessa forma, evidencia-se risco concreto ao interesse público, na medida em que a ausência de ambientação adequada poderá comprometer a organização do evento, reduzir a participação popular, impactar negativamente a experiência dos cidadãos e visitantes, além de prejudicar a imagem institucional da Administração Pública e os benefícios econômicos decorrentes das festividades.

Ressalta-se que a execução dos serviços de ornamentação demanda planejamento prévio, logística adequada, mobilização de equipe, confecção dos materiais e instalação em larga escala, não sendo possível sua realização de forma imediata ou improvisada, sob pena de prejuízo à qualidade, à segurança e à eficiência da execução.






Adicionalmente, a Administração Pública não dispõe de estrutura técnica, operacional e de pessoal suficiente para executar diretamente os serviços de ornamentação, sobretudo em razão da necessidade de padronização estética, execução em altura e cumprimento de prazos exíguos.

Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada mostra-se medida necessária, adequada e proporcional, com o objetivo de evitar prejuízos ao interesse público, assegurar a continuidade das ações institucionais e garantir a realização do evento dentro dos padrões esperados.

A presente contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento do Município, especialmente ao Plano de Contratações Anual (PCA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), não se tratando de despesa imprevista, mas de ação previamente planejada, cuja antecipação da execução se justifica em razão da inviabilidade temporal do processo licitatório em curso.

Assim, a adoção da presente medida visa resguardar o interesse público, garantir a efetividade das políticas culturais e assegurar a adequada realização dos festejos juninos, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Umbaúba/SE, 30/04/2026

  
**MATEUS SOUZA SILVEIRA**  
Assessor I